



VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Agressividade de três senadores chama atenção para a tentativa de reduzir e menosprezar a participação feminina nos espaços públicos e de poder. Caso de Marina Silva não é isolado e evidencia o quanto a misoginia é difícil de ser vencida

Machismo na política: vergonha que resiste

» WAL LIMA

A violência política de gênero voltou ao centro do debate nacional depois dos ataques à ministra do Meio Ambiente Mudança do Clima, Marina Silva, na audiência da Comissão de Infraestrutura do Senado, na terça-feira passada. Embora não seja um caso isolado, o episódio explicitou o machismo institucionalizado que mulheres em cargos de poder — mesmo aquelas com trajetória reconhecida nacional e internacionalmente — ainda têm de enfrentar no Brasil.

Na sessão, a ministra foi interrompida, deslegitimada e atacada verbalmente por senadores. Os primeiros ataques partiram do senador Omar Aziz (PSD-AM), que a acusou de estar por trás do atraso na conclusão da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. Num exemplo claro de **manterrupting**, atalhou e explicação de Marina sobre o aumento de 119% para o desmatamento ao longo de aproximadamente 400km de estrada a serem concluídos.

“Não faça essa maldade, ministra. Não faça isso, eu moro lá. Não diga isso, pelo amor de Deus. Eu lhe respeito, mas a senhora está dando dado falso”, acusou. Na sequência, disse que Marina “não era mais ética do que ninguém” e que não ensinasse ética “porque não tem esse direito”.

O presidente da comissão, Marcos Rogério (PL-RO), chegou a dizer que Marina deveria “colocar-se em seu lugar”. Na sequência, o senador Plínio Valério (PSDB-AM), que anteriormente declarou publicamente que teve vontade de “enforcá-la” após dividir a mesa com ela em um evento, afirmou que queria “separar a mulher da ministra”, pois a mulher “merecia respeito”, mas a ministra, não.

Marina, que exigiu um pedido de desculpas do parlamentar amazonense, se retirou da sessão. “Não posso aceitar ser agredida e não posso me calar quando atribuem a mim responsabilidades que não são minhas”, disse, referindo-se às críticas pela demora na pavimentação da BR-319.

Apesar de pontual, o caso expôs uma realidade mais ampla. Como destaca o cientista político Carlos Santiago, “o episódio com Marina Silva retrata um Brasil que ainda carrega uma tradição autoritária, violenta, excludente e patriarcal, que se reflete de forma clara na política”. Segundo ele, o preconceito de gênero ultrapassa ideologias partidárias e continua sendo uma barreira para a participação plena das mulheres na esfera pública.

A repercussão gerou uma série de manifestações de apoio e repúdio aos ataques. A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) afirmou que os ataques foram “inadmissíveis” e denunciou a tentativa constante de silenciar mulheres. “Mas não vamos recuar. Seguimos com voz firme, no nosso lugar de fala, de força e de respeito”, garantiu. Já o senador Rogério Carvalho (PT-SE) lembrou a história de Marina e afirmou que a ministra é uma “referência global na luta ambiental”.

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, classificou os ataques dos três senadores como “ofensivos e desrespeitosos com a ministra, a mulher e a cidadã” — e reafirmou

Geraldo Magela/Agência Senado



Roque de Sá/Agência Senado



Jose Cruz/Agência Brasil



Ato desqualificador

Manterrupting é um termo que surge da junção das palavras em inglês “man” (homem) e “interrupting” (interrompendo). Descreve a ação de um homem que interrompe a fala de uma mulher para desqualificar, desconsiderar ou até mesmo se apropriar da ideia dela. Essa interrupção não é apenas uma falta de educação comum. O manterrupting é visto como um comportamento machista, que tenta minar a autoconfiança da mulher, fazendo-a sentir-se insegura ou diminuída, limitando sua voz e suas oportunidades. O termo ganhou popularidade em 2015, depois da publicação de um artigo da jornalista Jessica Bennett na revista Time, intitulado “How Not to Be ‘Manterrupted’ in Meetings” (Como não ser “manterrompida” em reuniões). Estudos e observações mostram que mulheres são interrompidas com mais frequência por homens do que o contrário, e que a interrupção masculina muitas vezes tem o objetivo de invalidar a opinião feminina ou demonstrar superioridade. É importante ressaltar que o manterrupting faz parte de um conjunto de comportamentos tóxicos de gênero, que buscam desvalorizar a mulher — como o mansplaining (quando um homem explica algo de forma condescendente para uma mulher, presumindo que ela não sabe) e o bropropriating (quando um homem se apropria de uma ideia de uma mulher e leva o crédito por ela).

a solidariedade do governo. A primeira-dama Janja da Silva também reagiu: “Uma mulher gigante, que um homem com a ignorância do senador Plínio Valério jamais vai conseguir enxergar”, publicou nas redes sociais.

A resposta institucional também veio. Deputadas federais de nove partidos protocolaram uma representação no Conselho de Ética do Senado pedindo a responsabilização de Plínio Valério. O PSol

acionou a Procuradoria-Geral da República (PGR) para que o parlamentar seja investigado por incitação à violência política de gênero.

A senadora Zenaide Maia (PSD-RN), procuradora da Mulher no Senado, cobrou um pedido público de desculpas e afirmou que esse tipo de comportamento não pode ser normalizado.

A própria Marina, em uma entrevista depois da sessão de agressões, destacou: “A violência

política de gênero acontece o tempo todo. Dificilmente isso seria dito se o debate fosse com um homem. Com a vida dos outros não se brinca”, frisou.

Marina, porém, não é caso isolado de violência política de gênero. A ex-ministra da Saúde, Nísia Trindade, também confirmou que foi alvo de uma campanha misógina ao longo do tempo em que esteve à frente da pasta. Em março, logo depois da



A violência política de gênero acontece o tempo todo. Dificilmente isso seria dito se o debate fosse com um homem. Com a vida dos outros não se brinca”

Comentário da ministra Marina Silva, pouco depois da sessão em que foi agredida pelos senadores Marcos Rogério (PL-RR, ao lado), Omar Aziz (PSD-AM) e Plínio Valério (PSDB-AM)



Nosso lugar é de força, é de fala e de respeito. Mulheres são três vezes mais interrompidas do que homens nos espaços de poder, mas nós seguimos firmes! Solidariedade à ministra Marina Silva”

Publicação da senadora Eliziane Gama (PSD-MA), que se manifestou imediatamente à agressão sofrida por Marina pelo senador Marcos Rogério



Inadmissível o comportamento do presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, Marcos Rogério, e do senador Plínio Valério, com Marina Silva. Ofensivos e desrespeitosos com a ministra, a mulher e a cidadã”

Reação da ministra Gleisi Hoffmann, ministra da SRI

exoneração do ministério, fez um desabafo: “Durante os 25 meses em que fui ministra, uma campanha sistemática e misógina ocorreu em desvalorização ao meu trabalho, da minha capacidade e da minha idoneidade. Não devemos aceitar como natural um comportamento político desta natureza”, exortou.

A crítica de Nísia gerou repercussão semelhante, com defensores do governo destacando

que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi o que mais nomeou mulheres para cargos de chefia. Gleisi, ainda deputada à época, disse que “o governo Lula é historicamente o que mais promoveu mulheres a posições de liderança no Executivo”. Mesmo assim, na cerimônia que relançou o programa o Mais Acesso a Especialistas — rebatizado de Agora Tem Especialista, em substituição àquele apresentado em 2024, quando ela ainda estava à frente da pasta —, na sexta-feira, o presidente reconheceu que errou ao não convidar a ex-ministra para o evento. Foi a primeira vez, aliás, que Lula se desculpou com Nísia depois do ongo processo de fritura quer ela sofreu, ao afirmar que tem “imenso apreço por ela”.

Levantamento do projeto De Olho nas Urnas chama atenção para o aumento nos casos de violência política de gênero nas eleições de 2024, em comparação com o pleito de 2020. Apesar de as agressões terem caído no mês da eleição — de 52 para 26 ocorrências —, os registros de agosto e setembro subiram significativamente: de 13 para 28 e de 29 para 50, respectivamente.

A maioria dos casos envolveu violência psicológica ou simbólica, mas também foram documentadas ameaças, fraudes, duas tentativas de feminicídio, um estupro e uma agressão física. Prefeitas e vereadoras, de diferentes partidos, figuram entre as vítimas.

A Lei 14.192/21, que criminaliza a violência política de gênero, tem sido cada vez mais invocada, mas especialistas apontam que ainda há muito a ser feito. “O caminho passa por mais consciência política e responsabilidade no voto. As mulheres têm poder para transformar a política, elegendo outras mulheres e pressionando por mais representatividade”, defende Carlos Santiago.

Desafios estruturais

A advogada eleitoralista Maritania Dallagnol observa que a presença feminina na política brasileira segue marcada por barreiras. “Ainda que as mulheres tenham conquistado a igualdade legal em direitos políticos, o pensamento machista e racista permanece enraizado na prática política”, salienta.

Ela também critica o uso irregular das cotas de gênero por partidos, com candidaturas fictícias e sem apoio real às mulheres.

“A punição dos agressores e o fortalecimento das candidaturas femininas são passos fundamentais. As mulheres que insistem em ocupar espaços de poder enfrentam, cotidianamente, o assédio e o constrangimento. Mas não podemos retroceder”, observa.

Para combater o problema, iniciativas já começam a se fortalecer: o Congresso discute o endurecimento das punições para casos de violência política de gênero, e a Secretaria Nacional de Mulheres, ligada ao Ministério das Mulheres, tem reforçado campanhas de conscientização e apoio jurídico às vítimas.

Além disso, a Procuradoria da Mulher no Senado e na Câmara tem ampliado sua atuação com canais de denúncia e ações formativas para prevenir e enfrentar esse tipo de agressão. (Colaborou Fabio Grecchi)